

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas 2 [recurso eletrônico] /
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-312-5
DOI 10.22533/at.ed.125202008

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o dialogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO	
Gabriel Luiz dos Santos Maria Celina Pedroso Alves Yuri de Lira Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.1252020081	
CAPÍTULO 2	16
A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO	
Bruno de Caldas Martins Alessandro Henrique Cavichia Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1252020082	
CAPÍTULO 3	28
ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS	
Valéria Nogueira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1252020083	
CAPÍTULO 4	40
AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA	
Marcus Mareano	
DOI 10.22533/at.ed.1252020084	
CAPÍTULO 5	49
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	
Adrielle Cristina Rodrigues Lucia Helena Vendrusculo Possari	
DOI 10.22533/at.ed.1252020085	
CAPÍTULO 6	53
CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Juliana Moraes da Silva Souza Erbenia Lourenço de Oliveira Heverton Felinto Pedrosa de Melo	

Marucelle de Alcântara Bonifácio

DOI 10.22533/at.ed.1252020086

CAPÍTULO 7.....74

CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU

Jéssica Maciel de Souza

Tania Milene Nugoli Moraes

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

DOI 10.22533/at.ed.1252020087

CAPÍTULO 8.....85

COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II

Tamires Regina Rocha

Alan da Silva Vinhaes

DOI 10.22533/at.ed.1252020088

CAPÍTULO 9.....97

DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vendrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.1252020089

CAPÍTULO 10.....106

FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS

Jennifer Paola Pisso Concha

Mário Cezar Silva Leite

DOI 10.22533/at.ed.12520200810

CAPÍTULO 11.....111

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES

Heverton Felinto Pedrosa de Melo

Marucelle de Alcântara Bonifácio

Juliana Moraes da Silva Souza

Erbenia Lourenço de Oliveira

Mariéli Barbosa Cândido

DOI 10.22533/at.ed.12520200811

CAPÍTULO 12.....	123
ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO	
Adelmo Santos da Silva Vanessa da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200812	
CAPÍTULO 13.....	132
FAZENDA GUATAPARÁ:O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Denise Cristina Rosario Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200813	
CAPÍTULO 14.....	145
MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.12520200814	
CAPÍTULO 15.....	154
O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DECADA DE SSESSENTA	
Terezinha do Socorro da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.12520200815	
CAPÍTULO 16.....	173
O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP	
Alan da Silva Vinhaes Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.12520200816	
CAPÍTULO 17.....	185
SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL	
Matheus da Silva Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.12520200817	

CAPÍTULO 18.....194

UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS

Terezinha do Socorro da Silva Lima

Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança

DOI 10.22533/at.ed.12520200818

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....209

ÍNDICE REMISSIVO.....210

CAPÍTULO 8

COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Tamires Regina Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente
Presidente Prudente - SP
<https://orcid.org/0000-0002-5358-1174>

Alan da Silva Vinhaes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente
Presidente Prudente – SP
<https://orcid.org/0000-0002-3072-2050>

RESUMO: O Estado brasileiro em relação a elaboração de políticas públicas ao desenvolvimento rural, mostrou-se historicamente, centralizador e com foco na modernização das atividades agropecuárias. Porém, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala do Estado de São Paulo, passaram a inserir na dinâmica do mercado os pequenos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas. Assim, o trabalho tem como objetivo analisar a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiaí (AVA) na reprodução social dos agricultores, localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto, Estado, Políticas Públicas.

COOPERATIVISM AND PUBLIC POLICIES: THE AGRICULTURAL COOPERATIVE OF JUNDIAÍ WINE PRODUCERS (AVA) WITHIN THE FRAMEWORK OF THE MICROBACIAS II PROJECT

ABSTRACT: The Brazilian State in relation to the elaboration of public policies for rural development, has historically shown itself to be centralizing and focusing on the modernization of agricultural activities. However, the State Program of Hydrographic Watersheds (PEMH) and the Sustainable Rural Development Project - Watersheds II - Access to the Market, on the scale of the State of São Paulo, began to insert small family farmers organized into associations and cooperatives into the market dynamics. Thus, the work aims to analyze the Agricultural Cooperative of Wine Producers of Jundiaí (AVA) in the social reproduction of farmers, located in the Rural Neighborhoods of Poste and Caxambú that participate in the cooperative, ensuring their participation in a public policy at the state level.

KEYWORDS: Project, State, Public Policies.

1 | INTRODUÇÃO

Quando se analisa a presença de cooperativas e associações voltadas para os agricultores familiares, é necessário compreender como que o desenvolvimento rural passou a ser fundamental para proporcionar as atividades em pequenas propriedades. Para a efetivação desse

desenvolvimento, o Estado torna-se fundamental, propondo políticas públicas para inserir os agricultores na dinâmica do mercado regional, dinamizando a economia local.

Assim, no período de 2011 e 2018, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) executou o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II - Acesso ao Mercado, “cujo objetivo principal foi promover o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão social, bem como contribuir para a preservação dos recursos naturais e ampliar a renda e o bem-estar dos beneficiários” (VINHAES *et al*, 2018, p. 51).

Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado e a importância da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiá (AVA) na reprodução social dos agricultores, localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado).

Para a elaboração do trabalho, foram realizadas as seguintes etapas: seleção e leitura de material bibliográfico (livros, artigos científicos, dissertações e teses etc.) que tratam dos temas relacionados às políticas públicas, desenvolvimento rural, ao cooperativismo e associativismo e ao Projeto de Microbacias II.

Pesquisa empírica com a elaboração de roteiro que foi utilizado na entrevista com o presidente da cooperativa (AVA) para a coleta de dados e informações sobre o processo de formação, principais objetivos, importância e papel desempenhado pela cooperativa; e de formulário destinado a aplicação junto a seis (6) produtores rurais localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa.

O texto se encontra estruturado em três seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, há uma abordagem teórica sobre o processo de descentralização de políticas públicas e o desenvolvimento rural no país; na segunda seção são apresentadas as características e os objetivos da primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) que possuía um caráter ambiental e da segunda edição denominada de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado que tem como objetivo promover a inserção dos pequenos produtores rurais ao mercado, no qual, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiá (AVA), possui um plano de negócios aprovado; e, por fim, na última seção é apresentada a cooperativa (AVA), o seu papel desempenhado e a importância na reprodução social dos agricultores, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual.

2 | DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

“Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo” (MATTEI, 2014 *apud* VINHAES, 2018, p. 16).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos de 1960,

[...] as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala; o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte dos agricultores ficaram à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014, p. 71).

Hespanhol (2008, p. 129) destaca que entre as décadas de 1950 e 1980, “as políticas públicas tiveram um caráter marcadamente setorial, caracterizadas quase que exclusivamente pelo seu viés agrícola, privilegiando, sobretudo os grandes produtores rurais vinculados às demandas do mercado externo”.

Na década de 1980 ocorreram significativas mudanças no cenário político, com o fim da ditadura militar e a elaboração de uma nova Constituição Federal no ano de 1988, a qual trouxe consigo um novo marco para a formulação e implementação de políticas públicas, pois conferiu autonomia política e administrativa aos municípios. Estes passaram a ser reconhecidos oficialmente como entes federativos e a ter recursos financeiros e autonomia para formular e implementar políticas públicas. Esta situação trouxe o desafio da coordenação intergovernamental na elaboração e execução de políticas públicas.

Hespanhol (2013) destaca que na década de 1990 e no início do século XXI, houve importantes mudanças nas políticas destinadas ao meio rural, principalmente em relação à agricultura familiar. Diversos programas foram criados para atender os agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neves Neto (2013) *apud* Vinhaes (2018, p. 1322) destaca que

entre 1998/99 e 2008/09 foram efetuados 13,5 milhões de contratos do PRONAF e disponibilizados 55,8 bilhões de reais em recursos. No entanto, tais recursos beneficiaram principalmente os produtores que possuíam maior nível de capitalização dentre os agricultores familiares. Assim, a maioria dos agricultores familiares não conseguiu ter acesso aos recursos do programa.

Contudo, a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável requer, entre outras coisas, uma:

[...] mudança de foco nas estratégias de desenvolvimento rural, historicamente utilizadas no Brasil, onde, conforme afirma Ehlers (1996), a exemplo de outros países em desenvolvimento, as propriedades patronais foram consideradas mais adequadas para a implantação do padrão convencional, tendo a agricultura familiar sido relegada a segundo plano, principalmente no que se refere a incentivos e acesso a crédito (HESPANHOL, 2008, p. 382).

Na próxima seção será analisado o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, “uma política pública que têm como objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas no Estado de São Paulo” Disponível em < <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso 14/01/2020.

3 I PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS (PEMH) E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS II- ACESSO AO MERCADO

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) contou com o apoio do Banco Mundial a partir do ano 2000 e possui três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (FONTES, 2006 *apud* NEVES NETO, 2009, p. 4).

Neves Neto (2009, p. 98) destaca que o “Programa de Microbacias em sua primeira edição (2000-2008) teve um custo total estimado em US\$ 124,740,200.00. Desse total, US\$ 55,348,200.00 foram financiados pelo Banco Mundial e o restante, US\$ 69,392,000.00 foi como contrapartida do Estado de São Paulo”.

O PEMH teve como principal objetivo “atender aos pequenos e médios produtores rurais, já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual” (NEVES NETO, 2009, p. 99).

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p.152):

[...] possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Para Hespanhol (2008, p. 10) o Programa de Microbacias teve pontos positivos e negativos, pois “o maior ou menor êxito dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Ao final da primeira edição do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, conclui-se que

as suas ações se concentraram nos aspectos agrônomo-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. Neves Neto (2014) considera que mesmo com estas ações o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, pois há necessidade de ações governamentais concretas para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais (VINHAES *et al*, 2018, p. 1323).

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias com o objetivo de

promover a integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, com características diferentes da primeira edição que possuía caráter ambiental. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II

– Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2018, quando foi concluído. O Microbacias II foi executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o programa, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), responsável por 18,8% dos recursos (VINHAES *et al*, 2018, p. 1323-1324).

Portanto, no Quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

	PEMH	MICROBACIAS II
Foco	Ambiental	*Aumento da competitividade *Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	Organização de produtores (Associação ou Cooperativa)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações – fortalecimento	Agricultores estruturados em uma cadeia produtiva e organizados em associação ou cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo.

Fonte: Neves Neto (2014, p. 100).

Para ter o apoio financeiro do projeto,

[...] a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 04/10/2019).

As metas do projeto Microbacias II são:

o atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas; 30 mil famílias introduzidas nas organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa; 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de

negócios; abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados; capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; - readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro; - apoiar 40 subprojetos ambientais; e - inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

Para receber o apoio, a associação ou cooperativa deve

apresentar uma proposta de negócio que envolva todos os associados ou cooperados ou apenas parte deles. O grupo envolvido com a proposta deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais organizados em associações ou cooperativas, dos quais mais de 50% devem ser classificados como agricultores familiares para a proposta ser considerada elegível. O percentual de apoio do projeto ao plano de negócio depende do número de agricultores familiares (VINHAES *et al*, 2018, p. 57).

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p. 98) ressalta que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

[...] é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

O projeto finalizado, contou com 138 planos de negócios aprovados na sexta chamada (Tabela 1), ou seja, o dobro da quinta chamada. Houve também o aumento no valor da proposta e no valor apoiado pelo projeto em comparação com as chamadas anteriores. Esse aumento nos planos de negócios aprovados e nos valores apoiado pelo projeto é devido o maior interesse das associações e/ou cooperativas a buscarem novos meios para se fortalecer no mercado regional.

Chamada	Interesses	Entregues	Aprovados	Habilitados	Valor da proposta em (R\$)	Valor apoiado pelo Projeto em (R\$)
1	135	92	38	33	19.778.538,77	13.429.478,76
2	103	98	40	31	17.492.029,50	11.904.432,21
3	65	38	35	23	13.838.667,26	9.454.586,94
4	65	60	52	45	29.921.562,91	18.772.192,41
5	90	70	61	55	30.057.653,29	20.761.907,32
6	-	-	138	136	91.430.259,51	58.474.753,42

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Fonte: Disponível em < <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/cati-realiza-o-iii-forum-consultivo-do-microbacias-ii-acesso-ao-mercado-e-produtores-rurais-mostram-como-transformaram-suas-vidas> > Acesso em 30/11/2018.

Por fim, o Microbacias II

proporciona uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o bom acesso aos grandes centros, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da CATI, no que concerne à capacitação do quadro de funcionários, na aquisição de equipamentos e veículos e à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma dos prédios utilizados por várias Casas da Agricultura em todo o Estado Disponível em < <http://www.cdrrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso em 14/04/2020.

Na próxima seção será analisada a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho Artesanal de Jundiáí (AVA) no âmbito do Projeto Microbacias II a partir das informações obtidas em entrevista com o seu presidente e com a aplicação de formulário junto a seis (6) produtores rurais dos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa.

4 | A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES/COOPERADOS COM ÊNFASE AO PROJETO DE MICROBACIAS II

A Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiáí (AVA), iniciou-se com uma associação em 2003, em que um grupo de produtores começou a se organizar coletivamente, fundando a então denominada Associação de Viticultores Artesanais (AVA) de Jundiáí, com um total de 13 associados.

Essa associação tinha como objetivo a prestação de que podiam contribuir para o fomento e a organização das atividades artesanais de produção e comercialização de vinhos e derivados da uva, como o suco de uva, vinagre, geleias e licores sob a forma de sociedade sem fins lucrativos, tendo como diretor presidente o Sr. José Antonio Boschini.

De acordo com o atual presidente da cooperativa:

[...] em meio aos fatos, a Associação já não bastava mais, e então, foi decidido que era necessário ir em frente. Foi aí que surgiu a Cooperativa Agrícola de Vinho. A Cooperativa além de manter a tradição, viria como um novo desafio para os produtores; garantir a qualidade dos produtos, abrir novos mercados, e fortalecer a marca do produto: o vinho artesanal (PRESIDENTE DA COOPERATIVA AVA, ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018).

“E no dia 6 de agosto de 2007, de acordo com a Lei nº 5.764/71, constituiu-se a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA” (VICENTE, 2013, p. 77). Com inicialmente 15 cooperados, sendo 13 da antiga associação e mais dois (2) que passaram a participar da atual cooperativa. Vale ressaltar que a associação deixou de existir no município, permanecendo apenas a cooperativa.

De acordo com o presidente da cooperativa, no ano de 2018 havia um total de 24 cooperados, sendo 22 do município de Jundiáí, um do município de Jarinu e um do município de São Miguel Arcanjo.

Em relação aos serviços prestados pela cooperativa aos produtores, o presidente

ressaltou que os equipamentos fornecidos para todo o processo de produção do vinho, passando pela desengaçadeira (Foto 1) que realiza praticamente sem o contato humano, o esmagamento da uva para a liberação da polpa e do suco da fruta, caracterizando assim o processo de maceração da uva (mistura de sucos, cascas e bagas que colaboram para deixar o vinho mais encorpado e com mais cor) que são automaticamente transportados via mangueira para o tanque de fermentação.



Foto 1. Equipamento para esmagamento da uva – desengaçadeira.

Fonte: Cooperativa AVA, 2018.

O presidente da cooperativa ressaltou que eles adquiriram esse equipamento em virtude das verbas do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, pois antes eram necessárias três pessoas para o trabalho, com o uso da máquina, é preciso apenas de uma para o manuseio.

Em 2013, a cooperativa, por intermédio da CATI, elaborou um plano de negócios com a participação de 19 cooperados, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos para a melhor produção do vinho artesanal e que agilizasse o trabalho do vinicultor e, conseqüentemente, melhorasse a qualidade do produto.

De acordo com o presidente da cooperativa, o plano de negócios foi apresentado/submetido em 2013 e aprovado na 3ª chamada do programa, sendo assim, além desse equipamento citado, a cooperativa também adquiriu vários outros que beneficiam, no sistema de rodízio, 19 cooperados que participam do Microbacias II, tais como: linha de envase itinerante para vinho e champenoise, prensa pneumática, envasadora de seis bicos, capsulador espumante semiautomático, carroceria-baú, entre outros (Foto 2) que contabiliza um valor total de R\$ 741.577,56, sendo que R\$ 519.104,29 (70% do valor) foi apoiado pelo Microbacias II, recurso que foi agregado com mais de R\$ 150 mil, em um novo projeto que foi submetido em 2014 e aprovado na 5ª chamada do programa para aquisição de outros equipamentos inclusive de uma nova desengaçadeira. Tais equipamentos podem ser instalados e desinstalados em um caminhão com carroceria para o envase móvel de vinho e champenoise.



Foto 2. Equipamentos adquiridos pela Cooperativa AVA com as verbas do Projeto de Microbacias II

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Entretanto, apesar de todos esses equipamentos, de acordo com A.M, presidente da cooperativa, atualmente o principal benefício que a cooperativa oferece para os cooperados é o envase móvel, sendo este o único existente no país (Foto 3).



Foto 3. Caminhão – envase móvel.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O caminhão de envase móvel financiado por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado foi orçado em R\$ 750 mil,

porém, R\$ 522 mil foram financiados por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado e os R\$ 228 mil restantes foram pagos pelos cooperados. A capacidade de envase da unidade móvel é de 500 a 800 garrafas por hora. Antes do caminhão, eram necessárias duas pessoas para envasar 50 garrafas por dia. Disponível em < <http://rogeriosilveira.jor.br/tag/coordenadoria-de-assistencia-tecnica-integral-cati/page/5/> > Acesso em: 15/09/2018.

De acordo com o presidente da cooperativa, com a utilização do equipamento, algumas adegas estão conseguindo diversificar a produção. Agora, além do vinho, o espumante está nas prateleiras das adegas sendo comercializado.

Essa organização favorece para melhor mobilidade do produtor, “que não precisa mais transportar a bebida para fora de sua propriedade – um processo que exige cuidado para não haver nenhum tipo de contaminação. Se transferida de um recipiente para outro, como no transporte da vinícola para a cooperativa, a bebida perde qualidade”. Disponível em < <https://dcomercio.com.br/categoria/inovacao/jundiiai-tem-a-primeira-vinicola-movel-do-pais> > Acesso em 21/09/2018.

Para o presidente da cooperativa, tais benefícios concedidos pelo Projeto Microbacias II, estimularam o turismo rural no município de Jundiá, pois o vinho produzido conforme a legislação, favorece para a sua melhor qualidade, aumenta a velocidade da produção, estimula a diversificação de produtos e, conseqüentemente, o aumento do número de consumidores.

No tocante à contrapartida financeira exigida pelo Projeto Microbacias II, o Sr. A.M ressaltou que 70% foram financiados pelo referido programa e os outros 30% foram rateados entre os cooperados. O valor rateado entre os cooperados não foi dividido igualmente entre os participantes do plano de negócios, mas sim, de acordo com a produção de vinho de cada um, ou seja, quem produz mais vinho, pagou mais.

Com relação aos aspectos positivos do projeto de Microbacias II, o presidente ressaltou o fortalecimento do cooperativismo, pois os produtores rurais cooperados que aceitaram participar do plano de negócios, na atualidade, notam os benefícios que a participação em um política pública pode proporcionar, pois mesmo com a burocracia dos projetos, não se arrependem em participar; e, por fim, o próprio subsídio concedido pelo Microbacias (70% da contrapartida financeira) se torna muito atrativo para a participação nessa política pública.

Quanto aos aspectos negativos do Microbacias II, o entrevistado apontou apenas o término do programa no final de setembro de 2018, enfatizando o anseio de que surja uma outra ação o mais breve possível para promover ainda mais o desenvolvimento da cooperativa.

Em relação ao aumento nas vendas de vinho após fazer parte da cooperativa o entrevistado P.M localizado no Bairro Rural do Caxambú ressaltou que:

[...] com certeza, acredito que todos que fazem parte da AVA aumentaram sua comercialização. Obtive um aumento das vendas, não apenas dos vinhos, mas também das cachaças artesanais, champagne, vinagres, espumantes [...] a análise química obrigatória; incluindo certificação para adequação a

padrões técnicos definidos nacionalmente melhorou a qualidade do produto. E claro, está certificação passou a ser utilizada como argumento de vendas aos nossos visitantes que procuram produtos de qualidade (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRODUTOR RURAL P.M EM MARÇO DE 2019).

Para os produtores rurais entrevistados, os benefícios e os serviços ofertados pela Cooperativa (AVA) estão atendendo suas expectativas, pois a cooperação representa uma maneira para que os pequenos produtores possam inserir-se no mercado aliando forças e enfrentando as dificuldades perante aos grandes produtores rurais, além de que favorece para a realização de compras conjuntas de suprimentos produtivos; assessoria técnica; proporciona a troca de informações voltadas para as técnicas de produção entre as adegas nas reuniões promovidas mensalmente e a participação em festas e feiras da região que proporcionam maior visibilidade ao produtor rural e aos produtos comercializados.

Por fim, de acordo com os produtores rurais entrevistados, espera-se que a cooperativa consiga se impor frente às adversidades existências atualmente em nosso país, principalmente relacionadas a escassez de políticas públicas que atendam aos pequenos produtores rurais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica instalada na agricultura brasileira a partir da década 1960, ou seja, o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, contribuiu para novas formas de exploração agrícola, resultando em transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura.

Este estudo evidenciou a importância de uma política pública para o espaço rural, o Microbacias II trouxe uma nova perspectiva aos pequenos produtores rurais participantes dos projetos, pois, historicamente, os maiores beneficiados sempre foram os médios e grandes produtores rurais.

Entretanto, vale ressaltar que o Microbacias II não atendeu todos os pequenos produtores rurais do Estado de São Paulo, mas sim, privilegiou os agricultores organizados em associações ou cooperativas; ou aqueles mais capitalizados.

Com as atividades desenvolvidas na pesquisa, ficou evidente a contribuição do Projeto Microbacias II sobre a atuação da cooperativa, pois esta passou a proporcionar maior rentabilidade e melhoria na qualidade da produção de vinho com maior volume de produção.

Na Cooperativa AVA, após a implementação do Projeto Microbacias II, se viabilizou a compra de máquinas e equipamentos para a produção do vinho artesanal, favoreceu a compra de um caminhão de envase móvel, único em atividade no Brasil, além da intensificação do próprio turismo rural no município de Jundiá, pois o vinho produzido conforme a legislação em vigor e com equipamentos sofisticados, favoreceu para a sua melhor qualidade, aumentou a velocidade da produção, possibilitou a diversificação de produtos derivados de uva e, conseqüentemente, o aumento do número de consumidores.

Por fim, a pesquisa evidenciou a importância das políticas públicas e das organizações coletivas para o espaço rural, porém, é necessário o aprimoramento de tais políticas, tanto por parte dos gestores, analisando e corrigindo as falhas, quanto dos produtores envolvidos.

REFERÊNCIAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 04/10/2019).

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Manual do Programa – Seção Operativa**. CATI: São Paulo, 2001.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/cati-realiza-o-iii-forum-consultivo-do-microbacias-ii-acesso-ao-mercado-e-produtores-rurais-mostram-como-transformaram-suas-vidas> > Acesso em 30/11/2018.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso em 14/04/2020.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Disponível em < <https://dcomercio.com.br/categoria/inovacao/jundi-ai-tem-a-primeira-venicola-movel-do-pais> > Acesso em 21/09/2018.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP**, 4^{o.}, 2008, São Paulo. p. 370-392.

HESPAHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sociedade & Natureza** (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. **Rev. Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Disponível em < <https://jundi-ai.sp.gov.br/noticias/2016/05/24/cooperativa-de-vinho-e-pioneira-em-caminhao-enzasador/> > Acesso em: 15/09/2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SILVEIRA, R.M. Disponível em < <http://rogeriosilveira.jor.br/tag/coordenadoria-de-assistencia-tecnica-integral-cati/page/5/> > Acesso em: 15/09/2018.

VICENTE, R. C. C. **Construção de portal na web como ferramenta de apoio e desenvolvimento do enoturismo: uma abordagem segundo o design Science**. Dissertação de Mestrado, 2013, p. 141.

VINHAES, A. S.; HESPAHOL, A. N.; ROCHA, T. R. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP. In: **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária: Questão Agrária e Práxis Social**, 2018, Dourados.

ÍNDICE

A

Acervo Histórico 1, 142
Aerofotogrametria 1, 4, 7, 9, 10

B

Bíblia 40, 42, 44, 46, 47, 48

C

Capital Simbólico 52, 106
Cartografia 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15
Cibercultura 49, 50, 51, 52, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110
Ciberespaço 49, 50, 99, 102, 105, 106, 110
Cidades Sustentáveis 53, 56, 57, 60, 62, 63, 67, 70, 71, 72
Circularidade 74, 75, 78, 80, 84
Consumo 52, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 114, 116, 136, 137, 177, 179
Criança Kaiowá 74, 84

D

Daniel Faria 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48
Desenvolvimento Local 63, 111, 113, 118, 120

E

Economia Solidária 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 180, 183
Educação 31, 39, 52, 59, 61, 66, 69, 84, 97, 98, 105, 115, 122, 150, 154, 171, 172, 194, 196, 209
Educação Online 97, 98, 101, 104, 105
Estado 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 24, 29, 34, 61, 71, 74, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 115, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 149, 154, 171, 176, 183, 194, 197, 206

F

Fogo Doméstico 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84

G

Geoprocessamento 1, 7, 14

I

Indústria Fonográfica 16, 18, 26
Interatividade 49, 50, 51, 97, 98, 99, 102, 104

J

João Pessoa 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 111, 113, 115, 117, 121, 122

L

Laranjeira Nãnderu 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84

M

Master Nerd 49, 51

Mídias Digitais 97, 98, 101, 106

Mística 40, 42

Mulher 20, 21, 23, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 111, 113, 116, 117, 118, 121, 166, 171, 189

Música Sertaneja 16, 17, 18, 25, 26, 27

N

Nerd 49, 50, 51, 52

O

Ods 53, 54, 56, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72

P

Poesia 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 198

Política Indigenista 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39

Políticas Públicas 54, 73, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 146, 148, 149, 150, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183

Produção de Sentidos 97

Produtores Culturais 106

Projeto 1, 4, 9, 31, 32, 36, 37, 38, 57, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 115, 116, 141, 173, 183, 184, 189, 195, 197, 198, 206

Protagonismo Indígena 28, 29, 30, 31, 35, 36, 38

R

Relações 4, 28, 29, 30, 40, 41, 49, 61, 69, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 98, 99, 102, 113, 115, 119, 120, 129, 133, 138, 140, 154, 160, 166, 171, 176, 177, 180, 194, 200

Representação 4, 5, 16, 18, 21, 26, 30, 50, 159, 172, 175, 195, 196, 199, 200, 203, 207

S

Sensoriamento Remoto 1, 6, 8, 10, 14

Sustentabilidade 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 113, 114, 116, 180

T

Terra 5, 6, 7, 18, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 54, 55, 58, 59, 65, 68, 69, 72, 75, 83, 84, 101, 105, 126, 128, 141, 142, 151, 155, 161, 165, 170, 175, 177, 178, 182

Tião Carreiro e Pardino 16, 17, 19, 24, 25, 26

V

Valorização da Mulher 111

Vida Rural 16, 18

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 